

Centrão e 32 não se entendem

OES P.4 13.01.88

ANC X



Alencar Monteiro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Muitas divergências nos pontos polêmicos e fundamentais e poucas convergências nos detalhes do projeto de Constituição: este é o quadro, depois de dois dias de reuniões entre representantes do Centrão e do Grupo dos 32, na tentativa de acordo sobre emendas comuns que possam ser votadas conjuntamente no plenário da Constituinte. Da reunião de ontem participaram também dois representantes do Centrão, mas de maneira informal.

Não há acordo, por exemplo, sobre a estabilidade do trabalhador no emprego: enquanto o Centrão propõe a indenização progressiva contando a partir da instalação da Constituinte, a 1º de fevereiro do ano passado, com o pagamento de um mês de salário por ano trabalhado, o Grupo dos 32 quer que a questão vá para lei ordinária, dando tempo a negociações que realmente definam como será a estabilidade do trabalhador.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do Grupo dos 32, afirmou que os dois grupos se entenderam em "praticamente todos os capítulos" sobre a organização e funcionamento dos poderes Legislativo e Judiciário, com uma discordância, apenas, nesse último, quanto ao Conselho Nacional de Justiça. O Centrão é contra, e extinguiu o Conselho numa de suas emendas substitutivas, enquanto os 32 querem a sua manutenção.

Os dois grupos discordam ainda em outros pontos: o voto aos 16 anos (o Centrão é contra), imprescritibilidade nas suas causas trabalhistas (o Centrão quer até dois anos, os 32 querem cinco), os recursos minerais do subsolo (para o Centrão, não devem ser propriedade da União), e a greve de funcionários públicos, admitida pelos 32 "exceto nos serviços essenciais" e proibida pelo Centrão. Outro ponto polêmico: o Centrão limita a representação na Câmara dos Deputados a 60, enquanto os 32 querem ampliar esse número para 80. E o Grupo dos 32 admite o controle do Estado sobre a economia, enquanto o Centrão não quer ouvir falar na ideia.

Uma conclusão, apenas, em comum: representantes dos dois grupos garantem que a falta de acordo

de ontem "não significa ausência de entendimento até o final". Vão todos continuar a conversar, porque o importante "é conseguir o consenso na hora da votação", quando cada um optará pela emenda negociada.

AS DIFÍCEIS 280

O Centrão está encontrando dificuldades para recolher o mínimo de 280 assinaturas para as suas emendas substitutivas, admitiu ontem o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi. A dificuldade decorre principalmente dos interesses pessoais de muitos parlamentares do Centrão que se recusam a subscrever as emendas caso não tenham suas reivindicações atendidas, disse ele. As 19 horas de ontem o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), responsável pela mobilização do Centrão, tentou tranquilizar Gastone Righi informando que já contava com 240 assinaturas e que poderia chegar, até o fim da noite, a 250. Para hoje, Daso prometeu conseguir mais de 280, enquanto o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PF), um dos principais líderes do grupo, sonhava com "mais de 300".

O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) apresenta hoje a sua emenda coletiva defendendo o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, que já contava, ontem à noite, com mais de 290 assinaturas. Na hora da apresentação, diz ele, elas serão "mais de 310". Iensen, no seu primeiro mandato, exibiu com satisfação as 220 assinaturas que ele, sozinho, coletou entre os colegas. "As 290 assinaturas podem não corresponder 290 votos" foi o ácido comentário de Ulysses Guimarães. "A experiência da Casa é esta."

CASO ENCERRADO

O senador pernambucano Mansueto de Lavor (PMDB) deu por encerrado o episódio do erro da sua assinatura na emenda de cinco anos a Sarney. Ele aceitou as desculpas, por escrito, do autor da emenda, Matheus Iensen, que admitiu "erro na tradução da assinatura", confirmada, do deputado Gerson Peres. Portanto, não houve falsificação. Iensen admitiu: "Seu nome não consta entre os signatários, e v. exa., infelizmente, não assinou a nossa emenda". O ofício teve cópia encaminhada a Ulysses Guimarães.

Daso promete chegar às 280 assinaturas do Centrão

Empresário espera acordo

Um dos negociadores da Fiesp na Constituinte, o empresário Ruy Altenfelder, afirmou ontem que as emendas apresentadas pelo Centrão tornam o projeto de Constituição aprovado pela Sistematização "mais consistente e coerente". Segundo ele, entretanto, ainda existem alguns pontos falhos, principalmente no capítulo dos direitos sociais e, em particular, na questão da estabilidade no emprego. Mesmo assim, Ruy acredita que haverá um acordo entre os vários grupos na Constituinte capaz de chegar a um resultado que deixe trabalhadores e empresários mais tranquilos.

Segundo o empresário, as propostas em discussão na Constituinte partem de um mesmo princípio: incluem garantias de emprego contra demissões imotivadas e penalizam financeiramente os empresários que efetuarem dispensa de trabalhadores. "A diferença é que nós, da Fiesp, entendemos que a especificação de

quanto terá de ser pago pelo empregador deveria ser matéria da legislação ordinária", explicou. Ele lembrou que até o projeto do Centrão fixa na nova Carta o valor da indenização: um salário por ano de trabalho com retroação a 1º de fevereiro de 87. "Esta não nos parece a melhor solução", comenta.

Para o empresário, o ideal seria que essa matéria fosse definida em lei ordinária, "que é muito mais dinâmica e pode ser alterada com mais facilidade". No texto constitucional, explica, há um "engessamento" do texto, pois só pode ser alterado com a aprovação de dois terços do Congresso. "Apesar dessas diferenças, entendo que houve um avanço nas negociações. Com um pouco mais de diálogo, vai-se chegar a uma posição moderada", acredita. Sem radicalismos, entende, será possível chegar a um consenso que acabe com "a angústia de trabalhadores e empresários".

Cabral prevê massacre dos pequenos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão cometerá verdadeiro "massacre" contra os partidos menores e as forças mais avançadas na Assembleia Nacional Constituinte, se conseguir maioria absoluta (280 assinaturas, no mínimo) para suas emendas, o que assegura preferência automática para votação dessas propostas. A previsão foi feita ontem pelo relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), para quem o grupo suprapartidário pretende apresentar emendas substitutivas a quase todos os títulos do anteprojeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, as quais, se aprovadas em plenário, anularão o texto original.

Cabral já começou a apreciar as emendas individuais dos constituintes, que segundo ele deverão somar 2.236, se todos utilizarem a cota fixada em quatro emendas por parlamentar. Ele também espera a apresentação de aproximadamente 200 emendas coletivas, devendo catalogar todas as propostas até sexta-feira. O relator só pode acolher ou rejeitar as propostas, mas não modificá-las nem substituí-las.

O deputado Bernardo Cabral deve também emitir parecer sobre cada uma das emendas e, no caso das subscritas por no mínimo 280 constituintes, ele é obrigado a acolhê-las, embora possa, no seu parecer, manifestar opinião divergente sobre o assunto. E, segundo afirmou, é exatamente o que pretende fazer com relação a qualquer emenda com número de subscritores suficientes para obter preferência automática e que defenda mais de quatro anos de mandato para o presidente Sarney. Cabral, que pretende apresentar o parecer final sobre a matéria até o dia 21, disse que agirá da mesma forma em relação a emendas a favor da manutenção do presidencialismo.

Pazzianotto é o candidato de Joaquinção

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Como membro da Executiva do PMDB, vou trabalhar para que o Pazzianotto seja o vencedor da convenção do partido que escolherá o candidato à Prefeitura de São Paulo." A declaração é do presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, feita ontem após o sindicalista se reunir com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Joaquinção disse que o fato de Pazzianotto estar à frente do Ministério do Trabalho num período de grande recessão para a classe trabalhadora não interfere no seu apoio político. "Há uma grande diferença entre o que o ministro quis praticar e o que o governo queria. Os atos de Pazzianotto não devem ser vistos isoladamente", argumentou.

O presidente da CGT também já tem seu candidato às eleições para a Presidência da República: o senador Mário Covas. Ele ponderou que 1988 seria um ano muito "conturbado" para a realização das eleições presidenciais, apesar de ser favorável aos quatro anos de mandato para o presidente Sarney. Ele defenderá sua posição com relação ao mandato, além da opção pelo parlamentarismo, hoje, durante a reunião da Executiva nacional da CGT.

Joaquinção anunciou que deve ser emitida, durante a reunião, uma nota de repúdio ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, em resposta às negociações que ele está fazendo com o Centrão. E acredita que o PMDB passará por um processo de depuração "gradual e natural", porque o partido não pode abranger reacionários nem ser "poleiro de políticos de espora grande".



Alencar Monteiro

Arinos responde a críticas de Saulo Ramos com críticas

Arinos volta a defender a soberania constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, ao defender ontem, no Senado, as teses "Poder Constituinte soberano e renovação do Estado brasileiro", sustentou que é imprudente a argumentação do consultor-geral da República, Saulo Ramos, e de todos aqueles que pretendem opor restrições ao caráter juridicamente limitado dos poderes decorrentes do mandato constituinte.

O senador pelo Rio de Janeiro frisou também serem infundadas as afirmações daqueles que negam a soberania constitucional, alegando que a atual Constituição não é originária, mas derivada de lei constitucional anterior

Para defender sua ideia, Afonso Arinos recorreu a fatos históricos e a vários juristas, entre os quais o constitucionalista português Marcelló Caetano, para quem o titular do Poder Constituinte originário — a Nação e o povo — pode, sem afastar as regras relativas à revisão do texto constitucional, exercer, independentemente delas, a sua soberania.

Finalizando a sua defesa, Afonso Arinos citou o jurista Pontes de Miranda, para quem "não existe possibilidade jurídica de se limitar a soberania de uma Assembleia Nacional Constituinte, por motivos de ordem formal, quaisquer que sejam". Arinos lembrou ainda que as limitações do Poder Constituinte são insustentáveis "tanto na Teoria do Estado como no Direito Constitucional".